

JOSÉ CRUZ ABR



Acusações que envolvem sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto foram desmentidas na CAE por Palocci, mas senadores poderão ouvir o ministro outra vez

Comissão ouve nesta terça-feira presidente do Sebrae e decide se convida ministro da Fazenda

CPI questiona Okamoto e pode convocar Palocci

A CPI dos Bingos marcou para esta terça-feira o depoimento do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, amigo de Lula e que teria quitado débito do presidente junto ao PT. Também deve ser votado requerimento que convoca o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para esclarecer denúncias de irregularidades.

PÁGINAS 2 A 7

Sem acordo, MP da Super-Receita não vale mais

PÁGINA 11

Maior rapidez na busca a crianças desaparecidas

PÁGINA 10

MÁRCIA GOUTHIER AGENCIA SEBRAE



Depoimento de Paulo Okamoto, adiado na semana passada, servirá para explicar suposto pagamento de dívida de Lula com o Partido dos Trabalhadores

— cidadania

Centésima edição explica Orçamento do governo federal

Saiba neste número como é elaborado o Orçamento da União, desde a arrecadação até o que é feito com as contribuições e os impostos que você paga.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

ESTATUTO

A um passo da igualdade racial

PÁGINA 8

FABIANO ACCORSI/FOLHA IMAGEM



Direitos iguais para negros e brancos: projeto de Paulo Paim pode ser aprovado logo pelo Congresso

CRISE POLÍTICA CPI do Mensalão é encerrada antes mesmo de votar o resultado final das investigações

Comissão acaba sem votar relatório



Amir Lando (E) discute prorrogação com o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro (D)

Relator não identifica "mensaleiros"

Na tarde da última quinta-feira, quase terminado o prazo de funcionamento da CPI do Mensalão, ninguém sabia se ela seria ou não prorrogada. A despeito disso, o deputado Ibrahim Abi-Ackel leu o relatório que produziu ao longo de quatro meses.

O deputado afirmou que ocorreu distribuição ilegal de dinheiro a parlamentares. "Houve recebimento de vantagens indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, mas constante em 2002 e em 2003", relatou. Mas acrescentou que não é possível concluir com certeza que os pagamentos foram feitos em troca de votos favoráveis a projetos do governo.

Abi-Ackel disse ainda que não se confirma denúncia do ex-deputado Roberto Jefferson de que os pagamentos feitos a parlamentares eram necessariamente mensais. "Não se caracteriza exatamente o que se denominou de 'mensalão'. Ou seja, pagamentos mensais, sistemáticos [segundo Jefferson, de R\$ 30 mil por parla-

mentar], mas houve sem dúvida pagamento de dinheiro em espécie, em alguns casos com uma só prestação. Em outros, com prestações sucessivas", afirmou.

Abi-Ackel considera "inconsistente" a versão do empresário Marcos Valério e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares de que a única fonte dos recursos repassados aos aliados foram empréstimos em bancos. Segundo ele, não foi possível indicar quem recebeu recursos ilícitos "em virtude da ausência de provas que permitam a atribuição de responsabilidade penal". Daí o relatório não ter pedido indiciamento de investigados.

No documento é indicado que recursos do valerioduto foram aplicados em diversas campanhas eleitorais do PT e de partidos aliados, inclusive na de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, em 2002.

Ainda de acordo com o relator, o inquérito não levantou elementos suficientes para comprovar compra de votos

em 1997 para aprovar a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

– As apurações referentes ao suborno de parlamentares para a aprovação da PEC nº 1, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, há pouco iniciadas, não contém revelações que mereçam ser registradas – informou Abi-Ackel.



Abi-Ackel aponta distribuição de recursos ilícitos, "com periodicidade variada"



A CPI do Mensalão, esgotado seu prazo de funcionamento, acabou na última quinta-feira. Instalada em 20 de julho, foi uma comissão mista (composta por deputados e senadores) criada para investigar denúncias de um suposto "mensalão" pago a parlamentares que votassem a favor de matérias de interesse do governo no Congresso. Mas, desde o início, ela produziu pouco resultado e muito desencontro.

Seu vice-presidente, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), teve que renunciar logo no início dos trabalhos por cometer irregularidade na investigação. O próprio relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), se viu acusado de envolvimento com o esquema de re-

passar de verbas do empresário Marcos Valério. Isso para citar apenas dois casos (veja cronologia nesta página).

Foi assim até os últimos minutos da CPI. A previsão era de uma semana morna, com apenas uma reunião agendada para a quarta-feira, 16 de novembro. Até alguém lembrar – e a imprensa publicar durante o feriado – que o prazo de 120 dias para funcionamento da comissão terminava naquela mesma quarta-feira.

Com o começo ali uma corrida liderada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), presidente da comissão, para colher a assinatura de pelo menos um terço dos deputados (171) e senadores (27) e, assim, conseguir prorrogar as investigações da comissão por mais 30 dias.

Temia-se que a CPI terminasse sem que ao menos o relator Abi-Ackel tivesse divulgado um relatório final. A correria durou até a noite, quando parlamentares interessados na prorrogação argumentaram que o prazo final era 17, e não 16 de novembro. Com isso, o impasse ganhou mais um dia de duração.

Mas os acontecimentos do dia 17 foram quase uma reprise dos desencontros do dia anterior. Parlamentares partidários da continuação dos trabalhos passaram o dia à cata de assinaturas, sem sucesso.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reunia com os líderes dos partidos para definir se aquele último dia da comissão estava valendo ou se prevaleceria o prazo final no dia anterior. Decidiu-se que, salvo prorrogação, o dia 17 seria o derradeiro da CPI.

Resolvido mais aquele impasse, as lideranças partidárias da Câmara e do

Senado precisariam chegar a um acordo sobre a prorrogação dos trabalhos. Não chegaram. Segundo informou Renan, os senadores concordaram com a prorrogação, mas não houve entendimento com os deputados.

– O relator está realizando uma reunião numa CPI encerrada ontem – comentou Renan no fim da tarde de quinta-feira, referindo-se à leitura do relatório final da comissão, que era feita naquele momento por Abi-Ackel.

À meia-noite, faltando 23 assinaturas de deputados, a CPI do Mensalão estava encerrada.

Como o relatório não foi votado, ele não é oficialmente da comissão. Resta a Abi-Ackel, por iniciativa individual, enviar o documento a órgãos como o Ministério Público ou lê-lo em Plenário, como informou que faria.

Relatório final foi lido com trabalhos da CPI já encerrados, disse Renan

Cronologia da CPI do Mensalão

5 de julho - O requerimento para instalação da CPI é lido no Plenário do Congresso. O objetivo era investigar denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de que parlamentares teriam recebido do PT uma quantia mensal - o chamado "mensalão" - em troca de apoio ao governo.

20 de julho - Eleitos presidente, senador Amir Lando (PMDB-RO), vice-presidente, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG).

1º de agosto - Aprovada a convocação de Roberto Jefferson. Parlamentares decidem manter Abi-Ackel como relator, cujo filho aparece na lista de beneficiários dos recursos de Marcos Valério.

4 de agosto - Roberto Jefferson depõe por mais de 14 horas. Chama de "fraude" os empréstimos que Marcos Valério teria feito para beneficiar o PT e rasga documento que provaria sua ligação com

Maurício Marinho, ex-funcionário dos Correios filmado recebendo propina e que deu origem à crise.

9 de agosto - Marcos Valério encaminha à Mesa da CPI uma lista com os nomes de 31 pessoas autorizadas a fazer saques nas contas bancárias de suas empresas.

11 de agosto - Paulo Pimenta renuncia à vice-presidência da CPI por ter se encontrado reservadamente com Marcos Valério na garagem do Senado, onde teria recebido nova lista de beneficiários do empresário.

15 de agosto - A CPI dos Correios lista 18 deputados citados nas suas investigações e nas da CPI do Mensalão e que podem ter os mandatos cassados.

18 de agosto - A CPI ouve Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Ele confirma repasse de R\$ 10 milhões ao PL em 2002, por meio do valerioduto, a mando do PT. E revela que acordos semelhantes foram

feitos com PP e PTB.

23 de agosto - O ex-deputado Valdemar Costa Neto, presidente do PL, assume que recebeu apenas R\$ 6,5 milhões do PT em 2002, e não R\$ 10 milhões.

30 de agosto - O presidente do Senado, Renan Calheiros, e os presidentes e relatores das CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão criam um fórum de parlamentares para trocar informações sobre o andamento de cada CPI. O objetivo é dar maior eficiência aos trabalhos e evitar a repetição de procedimentos.

31 de agosto - Os presidentes dos fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (Funcef), do Banco do Brasil (Previ) e da Petrobras (Petros) negam participação dos fundos no suposto valerioduto.

13 de setembro - O ex-presidente do PT José Genoíno alega desconhecer dívida "não contabilizada" do partido com Marcos Valério. Nega também o pagamento de "mensalão" a parlamentares da base aliada.

14 de setembro - O presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), rejeita o repasse de R\$ 4,5 milhões apontado na lista de Valério. Admite ter recebido apenas R\$ 700 mil.

20 de setembro - O deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ) é eleito vice-presidente da CPI.

21 de setembro - O banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, em sessão conjunta das CPIs do Mensalão e dos Correios, nega ter sido apresentado a Delúbio Soares e ter feito doações para campanhas eleitorais por meio do valerioduto. Ao contrário, se diz prejudicado pelo governo petista.

18 de outubro - O presidente do Citigroup no Brasil, Gustavo Marin, nega ter obtido vantagem na venda, para os fundos de pensão, de ações da Brasil Telecom. A empresa firmou contratos com agências de Marcos Valério e era atendida também por Duda Mendonça, que recebeu R\$ 10,5 milhões do caixa dois do PT.

25 de outubro - A comissão passa a investigar a suposta compra de votos para aprovação da emenda

à Constituição que permitiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1997. É ouvido o ex-deputado Osmir Lima, acusado de vender seu voto à época.

27 de outubro - Acareação entre Delúbio Soares, Marcos Valério, a diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, e cinco supostos beneficiários das contas de Valério que admitiram ter recebido valores menores do que constam da lista de saques de posse da CPI. A acareação destacou a discrepância entre os valores declarados.

9 de novembro - Anderson Adauto, prefeito de Uberaba (MG) e ex-ministro dos Transportes, confirma ter feito caixa dois em 11 campanhas eleitorais e ter recebido R\$ 410 mil do ex-tesoureiro Delúbio Soares para pagamento de gastos de campanha.

17 de novembro - Terminado o prazo da CPI, ela encerra os trabalhos por falta de 23 assinaturas no requerimento de prorrogação.

CRISE POLÍTICA CPI dos Bingos ouve envolvidos nas denúncias de corrupção em Santo André e na morte de Celso Daniel

Nervoso, Sérgio não explica depósitos



Depois do depoimento à CPI dos Bingos de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, indiciado pela morte do ex-prefeito de Santo André, o presidente e o relator da comissão, senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), dizem não ter mais dúvidas: ele teve sim envolvimento no assassinato de Celso Daniel e foi o operador do esquema de extorsão de empresários de transporte do município.

– Foi um depoimento cheio de contradições que reforça a tese de que houve um crime planejado e levou a CPI à conclusão de que ele era realmente o operador do esquema de corrupção na cidade – afirmou Garibaldi.

Efraim disse que irá realizar acareações de Sérgio com empresários e outras pessoas envolvidas no caso. Na última quinta-feira, em mais de 13 horas de depoimentos, os senadores ouviram também o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-secretário de Serviços Municipais de Santo André Klinger de Oliveira Souza.

Os três são apontados pelos irmãos de Celso Daniel – João Francisco e Bruno – como líderes do esquema de propina que era destinada em parte para a campanha presidencial e em parte para eles próprios, motivo pelo qual o prefeito estaria fazendo um dossiê e por isso teria sido morto, dizem os irmãos.

Tião Viana (PT-AC) ressalta que Celso Daniel era um homem digno e honesto e que ilações a seu respeito não têm credibilidade.

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou conversa com o presidente Lula sobre o porquê dos seqüestrados não terem pedido resgate e por fim o terem matado.

– O presidente Lula me contou uma história sobre quando pescou um baiacu de 35 quilos e de como se fica surpreso quando se descobre que se pegou um peixe grande – contou.

Empresa de transporte denuncia extorsão

Agitado e nervoso, Sérgio não conseguiu explicar as dezenas de depósitos que foram feitos em sua conta e outros tantos realizados por ele na conta de um grupo de pessoas. Também não teve



Indiciado pela morte do ex-prefeito de Santo André, Sérgio Gomes da Silva não convence os parlamentares da CPI

palavras para justificar sua rápida evolução patrimonial.

Denúncia feita pela família Gabrielli, dona do Expresso Guarará em Santo André, ao Ministério

Público mostrou que depósitos eram feitos mensalmente na conta de Sérgio. Quatro deles, feitos por Luiz Ângelo Gabrielli Filho, somam mais de R\$ 40 mil. Sua

filha Rosângela disse ao MP que, em 2001, já eram cobrados R\$ 550 de cada ônibus que circulava.

– Esse dinheiro depositado na minha conta pelos Gabriellis era para justificar a história deles – respondeu o depoente.

De acordo com o promotor Roberto Wider Filho, que acompanhou os depoimentos à CPI, a “caixinha de Santo André” era de pelo menos R\$ 100 mil por mês.

Perguntado sobre os valores que apareceram em sua conta, Sérgio afirmou que seriam pagamentos feitos a ele por Ronan, de quem foi sócio de 1999 a 2003 e para quem prestou serviços anteriormente. Apesar do dinheiro entrar na conta de pessoa física, o depoente disse que emitia notas fiscais como pessoa jurídica.

– Essa movimentação bancária e evolução patrimonial não convencem – frisou Heloísa Helena (PSOL-AL), que chorou ao lembrar do amigo assassinado.

Sérgio Gomes da Silva, que trabalhou com Celso Daniel na campanha a prefeito em 1989 e depois durante seu primeiro mandato, esteve preso por sete meses, mas foi solto e aguarda julgamento em liberdade.

Klinger contesta versão dos irmãos Daniel

O ex-secretário de Serviços Municipais de Santo André Klinger de Oliveira Souza também negou a cobrança de propina das empresas de transporte e questionou as acusações feitas pelos irmãos de Celso Daniel de que estaria envolvido em esquemas de extorsão. Mas confessou que ele e Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete do prefeito, fizeram pressão para que se investigasse um crime comum e não de mando. Segundo Klinger, isso foi feito de “boa-fé”, para que o assassinato não fosse politizado.

– A falta de definição sobre o crime vem me trazendo os maiores prejuízos – afirmou Klinger, que encerrou no ano passado seu mandato de vereador. Ele disse que não dará prosseguimento à vida política até que se che-

gue ao fim das investigações.

Para ele, não é crível que Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete de Celso Daniel, pudesse ter confessado o esquema de propinas aos irmãos Daniel.

– Os irmãos de Celso Daniel

não se conformam com a idéia de um crime comum. Em nome desse inconformismo, a família faz caber em fatos contraditórios a versão deles – observou.

Klinger questionou a existência do dossiê relatado por João Francisco Daniel.

– Se Celso Daniel nos investigava, por que João Francisco não relatou tal história no seu primeiro depoimento à polícia? – indagou.

Ele também considera “fantasioso e espetaculoso” estabelecer relação entre as sete mortes acontecidas após o assassinato do prefeito.

Klinger acusa Rosângela Gabrielli, que fez a denúncia do esquema de arrecadação de propina, de agir com interesses políticos para beneficiar sua empresa, que não estaria cumprindo o contrato com a prefeitura.



Ex-secretário em Santo André, Klinger nega esquema de corrupção na gestão de Celso Daniel

Presidiários envolvidos no assassinato são ouvidos em SP

A CPI dos Bingos ouviu em São Paulo presidiários acusados de envolvimento no assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), ocorrido em janeiro de 2002. Compõem a lista Ivan Rodrigues da Silva, Elcyd Oliveira Brito, José Edson da Silva, Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira, Itamar Messias Silva Santos, Marcos Roberto Bispo dos Santos e José Erivan Aleixo.

Os depoimentos foram colhidos pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), membro da

comissão, na sede do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, com a presença dos delegados da Polícia Civil Elizabeth Sato, Edson Santi e Armando dos Santos, além do promotor do Ministério Público Amaro José e de vários assessores da CPI.

Ivan Rodrigues da Silva, o primeiro a depor, garantiu que o seqüestro não foi planejado e afirmou que a vítima teria sido escolhida aleatoriamente. Tal alegação é contrária à tese que vem sendo defendida pelos

parlamentares da oposição na comissão de inquérito – a de que o assassinato de Celso Daniel foi crime político.

Eduardo Suplicy informou que os delegados envolvidos no caso acreditam na tese de crime comum. No entanto, ele não se disse convencido de nenhuma das explicações.

– Penso que é da maior importância que a CPI possa chegar a uma conclusão quanto a isso, qualquer que seja ela: crime comum ou crime de mando – assinalou o parlamentar.

Empresário nega existência de caixa dois em Santo André

O Ministério Público de São Paulo investiga o envio de R\$ 24 milhões para a *off shore* Roanoake, empresa uruguaia, pelo empresário Ronan Maria Pinto, ouvido pela CPI dos Bingos na quinta-feira. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que, desse total, R\$ 23 milhões teriam retornado ao Brasil.

A Roanoake teve como sócios duas empresas de Ronan: a Viação Nova Cuiabá e a Solbus.

O dinheiro, segundo o promotor de Justiça Roberto Wider Filho, teria sido dividido entre a campanha política e os que participaram do esquema de corrupção em Santo André, entre eles Ronan, Sérgio Gomes da Silva e Klinger de Oliveira Souza.

– Celso Daniel foi morto por um desarranjo no esquema de corrupção – diz o promotor.

Para o Ministério Público, a confissão de três empresários de que pagavam propina e o

depósito de três cheques, de mais de R\$ 10 mil cada, na conta de Sérgio são provas fortes de que o esquema de extorsão existiu.

Ao se considerar injustiçado pelas acusações que lhe são imputadas, o maior empresário de transportes de Santo André negou saber do recolhimen-

to de “caixinha” das empresas de transporte do município.

De acordo com denúncias de familiares do prefeito assassinado de Santo André,

Ronan, Sérgio e Klinger eram responsáveis por um esquema de extorsão de empresários de transporte da cidade. Ronan negou saber de qualquer esquema e disse que nunca contribuiu com campanha eleitoral alguma.

O empresário, que conheceu Celso Daniel em 1989, no primeiro mandato, possui 14 empresas e seis têm contratos com administrações públicas.

Ministro do Supremo mantém quebra dos sigilos da empresa Leão & Leão

O ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto manteve decisão da CPI dos Correios de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Leão & Leão. O ministro indeferiu pedido de liminar, mantendo a integralidade do requerimento aprovado na comissão.

Para Ayres Britto, a quebra dos sigilos tem ligação com o objeto de investigação da CPI, uma vez que há “fortes indícios” de que o então vice-presidente da Leão & Leão, Rogério Buratti, teria agido como facilitador na renovação de contrato entre a GTEch e a Caixa Econômica Federal.

CRISE POLÍTICA Palocci antecipa audiência para acalmar economia, mas ainda pode ser chamado a depor na CPI

Audiência não deve evitar convocação



Apesar de a oposição ter decidido não questionar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre as denúncias que recaem sobre seus assessores na prefeitura de Ribeirão Preto, para ouvi-lo posteriormente na CPI dos Bingos, ele incluiu já no seu discurso de abertura, no depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), as negativas quanto ao suposto envolvimento com irregularidades.

Ressaltando ser defensor da apuração rigorosa de todas as delações e dizendo “não se considerar uma pessoa acima de qualquer suspeita”, o ministro cobrou responsabilidade nas investigações e respeito às leis, fazendo menção à forma de atuação de alguns agentes públicos que, segundo ele, não tem sido adequada. Ele se referiu especificamente aos promotores públicos de Ribeirão Preto que investigam, entre outras coisas, os contratos para coleta de lixo no município.

Há alguns meses, seu ex-assessor Rogério Buratti denunciou o repasse mensal de R\$ 50 mil da empresa de lixo Leão & Leão a Antonio Palocci, então prefeito da cidade. O recurso, segundo Buratti, seria destinado à campanha presidencial. O ministro

negou os repasses.

– Quando Buratti disse que havia o pagamento dos R\$ 50 mil mensais, várias ilegalidades foram cometidas pelos agentes públicos – afirmou.

Para Palocci, há e houve interesse político nas investigações: “Algumas autoridades têm falado em prender auxiliares meus, pessoas que nem sequer foram ouvidas nos autos”. O ministro fez menção ainda a um delegado que teria requisitado todos os contratos de sua gestão na prefeitura, o que definiu como “uma devassa e não uma investigação”.

Apesar de não ter sido tesoureiro da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Palocci, que coordenou a campanha presidencial em substituição a Celso Daniel, garantiu que não houve utilização de recursos de Cuba, de Angola ou das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

O ministro lembrou que na sua gestão como prefeito sofreu uma grande devassa e que, ao fim de quatro anos, não houve qualquer condenação.

– Falam que Ribeirão Preto trabalhou com caixa dois, o que não seria possível para uma prefeitura daquele porte, que é bastante fiscalizada, inclusive por uma câmara de vereadores composta por diversos partidos – observou.



Ao lado de Sarney (E), Palocci nega denúncias e defende política econômica, em reunião na CAE

Estratégia da oposição divide senadores

A antecipação da audiência de Antonio Palocci na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) levou a oposição a decidir questioná-lo apenas sobre a economia, deixando as denúncias sobre a prefeitura de Ribeirão Preto para a CPI dos Bingos. Para os senadores do PFL José Jorge (PE), José Agripino (RN) e César Borges (BA), além de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Heloísa Helena (PSOL-AL), o ministro deverá, sim, ser sabatinado na CPI. Mais prudente, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que a comissão vai analisar a conveniência de “se” e “quando” o ministro deve ser chamado a depor. Para Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi um erro restringir as perguntas apenas a questões econômicas, mas Jorge

Bornhausen (PFL-SC) lembra que a oposição não está “vacinando” Palocci contra as denúncias.

Para os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Romero Jucá (PMDB-RR), a audiência visou afastar o risco de ataques especulativos à economia do país. Já Tião Viana (PT-AC) afirma que a oposição está procurando “destruir o adversário” e Ideli Salvatti (PT-SC) considera que, da forma como estão se comportando, os oposicionistas dão a impressão de que não querem esclarecer as denúncias.

Será votado nesta terça-feira o requerimento de convocação de Palocci na CPI. No mesmo dia, depõe Paulo Okamoto, presidente do Sebrae.

As respostas do ministro	
DENÚNCIAS	O QUE DISSE PALOCCI
Propina Ribeirão Preto - O advogado Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci em Ribeirão Preto, afirmou ao Ministério Público e à CPI dos Bingos que o então prefeito de Ribeirão Preto recebeu repasses de R\$ 50 mil mensais da empresa de lixo Leão & Leão, dinheiro que teria sido utilizado na campanha presidencial. O MP disse que já reuniu provas sobre o superfaturamento com a empresa de lixo.	Esse dinheiro nunca existiu e nunca será comprovado. Tais fatos deveriam ter chegado aos órgãos de fiscalização dos procuradores, que não seriam de primeira instância.
Chefe de gabinete - Seu ex-chefe de gabinete, Juscelino Dourado, que pediu demissão um dia após depor na CPI dos Bingos, e seu ex-secretário de governo, Donizete Rosa, foram apontados em esquema de notas frias com uma gráfica.	Não se manifestou sobre o caso.
Casas de bingos - Segundo Buratti, empresários angolanos de casas de bingos teriam entregado R\$ 1 milhão para a campanha presidencial do PT, fato que seria conhecido pelo ministro Palocci.	Não houve recursos de Angola. Afirmou apenas que houve renegociação de dívida do país com o Brasil.
“Operação Cuba” - Buratti afirmou que o ex-secretário de Ribeirão Preto, Ralf Barquete, o questionou sobre como trazer US\$ 3 milhões de Cuba, a pedido de Palocci.	Disse que não houve recursos de Cuba para a campanha.
GTech - Buratti e Barquete foram procurados pela GTech durante a renegociação para a renovação do contrato da empresa com a Caixa em 2003.	Disse que no máximo houve algum lobby malsucedido.
Adhemar Palocci - Irmão do ministro, foi acusado de traficar influência para a seguradora Interbrazil, que teria feito doações ao PT-GO. Palocci ameaçou deixar o cargo se o irmão fosse convocado por uma CPI.	Não se manifestou sobre o caso.

Para Renan, Palocci foi "transparente e sincero"

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi convincente em sua audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Essa foi a avaliação do presidente da Casa, Renan Calheiros, ao deixar a sala da audiência. Para Renan, se Palocci não se pronunciou depois das acusações feitas contra ele e seus ex-assessores, a crise poderia se agravar.

– Ele foi verdadeiro, trans-

parente e sincero. Isso é muito bom para a economia e para o Brasil – analisou o presidente do Senado, que recebeu Palocci e acompanhou a arguição.

Renan defendeu a convocação do ministro para prestar depoimento a uma CPI caso isso seja necessário, mas afirmou que, ao falar na CAE, Palocci esclareceu dúvidas e aliviou a tensão dos últimos dias.

Investimento depende de rigor fiscal

Sem rigor fiscal, qualquer política econômica de longo prazo tenderá ao fracasso, levando com ela a pretensão de investimentos na área social. A opinião foi reafirmada por Antonio Palocci, durante audiência na CAE. O ministro defendeu a estratégia de um plano de longo prazo no que se refere ao corte de despesas da União, incidindo mais sobre despesas correntes do que sobre investimentos. Na sua avaliação, esse processo demandaria a gestão de pelo menos quatro governos sucessivos.

Palocci afirmou que o país não precisa mais se submeter a um esforço fiscal conjuntural, e sim fragmentá-lo em pequenas metas, o que certamente forçaria a queda nas taxas de juros

ao longo do tempo. Em sua opinião, seria um equívoco do governo mirar apenas na taxa de juros e esquecer da dinâmica inflacionária.

Ao responder a questionamentos do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro disse ser contrário às propostas que objetivam o controle de entrada de capitais no país. Ele garantiu que o maior volume de ingresso de moedas fortes não está vinculado ao capital especulativo, mas a recursos provenientes da balança de pagamentos e de investimentos.

Ministra Dilma Rousseff "estava errada"

Para Antonio Palocci, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, “estava errada” quan-

do criticou a política econômica, mas ressaltou que concorda com ela quanto à necessidade de retomada dos investimentos. Para Jefferson Péres (PDT-AM), tanto o “fogo amigo” de Dilma Rousseff como as denúncias de corrupção envolvendo ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto resultam na “fragilidade política” do titular da Fazenda.

O ministro ressaltou que o governo federal não utiliza critérios políticos para a liberação de emendas apresentadas por parlamentares ao Orçamento. Ele fez a afirmação em resposta ao senador Sérgio Guerra (PSDB-PE). Já Valdir Raupp (PMDB-RO) condenou a carga tributária brasileira, “uma das maiores do mundo”.

Senadores comentam política econômica

A presença espontânea do ministro da Fazenda Antonio Palocci no Senado foi saudada pelo senador Sibá Machado (PT-AC). “A decisão merece elogios”, sublinhou Sibá, para quem Palocci convenceu.

O novo presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), afirmou, porém, que falta ao governo ousadia para tratar com a questão dos juros.

Antes da audiência de Palocci, na CAE, o líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), afirmou em Plenário que esperava

do ministro explicações para os gastos do governo Luiz Inácio Lula da Silva com o pagamento de juros da dívida pública, que compromete o Orçamento.

Críticas ao governo federal também foram feitas pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que destacou as divergências entre Antonio Palocci e Dilma Rousseff, da Casa Civil, sobre os rumos da política econômica.

– O monopólio dessa crise é da própria base do governo – observou Heráclito.

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), a política de superávit primário é que será responsável pela queda do ministro Palocci. No debate Palocci/Rousseff, Mão Santa afirmou concordar com a ministra.

– A mulher é mais leal do que o homem, é mais corajosa e verdadeira – frisou.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) acusou a política econômica do governo de irresponsabilidade fiscal, social e administrativa, beneficiando apenas os banqueiros.

CRISE POLÍTICA Presidente do Senado diz que não há tensão com Lula, mas quer explicação de Palocci sobre denúncias

ACM cobra explicações da Telemar sobre filho de Lula

“A cada dia que passa os escândalos se sucedem, demonstrando que a administração do presidente Lula é a mais corrupta de quantas já existiram neste país.” A comparação foi feita por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) na quinta-feira, em pronunciamento no Plenário, no qual pediu à Secretaria Geral da Mesa do Senado que encaminhe o ofício à Telemar para cobrar explicações sobre investimento de R\$ 5 milhões que essa companhia telefônica teria feito na empresa do filho do presidente da República.

O senador afirmou que já tinha solicitado esses mesmos detalhes à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que informou, por intermédio do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não existirem registros sobre a transação entre a Telemar e o filho do presidente, Fábio Luís Lula da Silva. Outro fato que precisa ser esclarecido, na avaliação de ACM, é o suposto empréstimo que Lula teria feito ao PT, cujo pagamento foi assumido publicamente pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

José Jorge enumera provas de corrupção contra o PT

José Jorge (PFL-PE) questionou novamente em Plenário declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva segundo as quais não existem provas sobre as acusações de corrupção em seu governo. O senador criticou o presidente por ignorar provas importantes, como as filmagens em que Waldomiro Diniz aparece exigindo propina do dono de casa de bingo Carlinhos Cachoeira, e por ter-se referido a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, como “nosso Delúbio”,

numa tentativa de mostrar que não há nenhum culpado.

Segundo José Jorge, o Código Penal considera provas testemunhais, documentais e periciais, como também confissões, flagrantes, exames de corpo delicto, provas essas que, em sua maioria, foram encontradas pela CPI dos Bingos. Exemplificou como réus confessos Marcos Valério, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Roberto Jefferson, Valdemar Costa Neto, Vladimir Poletto e o ex-ministro Anderson Adauto.

Almeida Lima defende afastamento de Lula

Almeida Lima (PMDB-SE) pediu novamente o *impeachment* do presidente Lula. O senador lembrou que, em agosto, já defendia a tomada dessa decisão pelo país. Em sua opinião, só o fato de o presidente afirmar não ter conhecimento das acusações de corrupção revela que ele não comanda a nação.

Segundo o senador, de lá para cá, a situação piorou e o recente empenho de Lula na retirada de assinaturas de parlamentares para impedir a renovação de prazo da CPI dos

Correios é um atestado da impossibilidade de ele continuar à frente do Executivo.

De acordo com Almeida Lima, o jurista Miguel Reale Júnior tem a mesma opinião. O senador disse que o jurista declarou que irá promover o movimento “Da indignação à ação”, para redigir uma petição de *impeachment* do presidente Lula em função da operação montada pelo Planalto para barrar a prorrogação da CPI, inclusive com promessas de liberação de verbas.

Ronivon pode perder mandato

A decisão de determinar a perda de mandato do deputado Ronivon Santiago (PP-AC) e dar posse imediata a seu suplente, deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), cabe exclusivamente à Mesa da Câmara. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o voto do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), segundo o qual não compete à comissão declarar se o processo contra o deputado transitou em julgado. Ronivon Santiago foi acusado de vender seu voto para a aprovação da emenda constitucional que garantiu a reeleição em 1997, beneficiando o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

CCJ vota recurso de Dirceu nesta terça

Um pedido de vista conjunto adiou para esta terça-feira o julgamento, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, de novo recurso do deputado José Dirceu (PT-SP) contra o parecer do Conselho de Ética que recomenda a cassação do seu mandato. No recurso, os advogados de Dirceu fazem dois pedidos. No mérito, querem a anulação do processo disciplinar por cerceamento de defesa e solicitam ainda que a votação sobre a cassação de Dirceu seja feita em Plenário, depois que o recurso for analisado pela CCJ. O relator do recurso, deputado Sérgio Miranda (PDT-MG), rejeitou o pedido de anulação do processo, mas aceitou a outra argumentação.

Renan reafirma boas relações com Lula



O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a negar que esteja em rota de colisão com o presidente Lula, conforme avaliação de analistas políticos publicada pelos jornais nas últimas semanas.

– Isso não é verdade. Não tivemos tensões e tenho mantido as melhores conversas com o presidente – afirmou.

Renan esteve à frente de negociações para tentar a aprovação da MP 258, que criava a Super Receita (veja mais na página 11). Ele elogiou o comparecimento, à Comissão de Assuntos Econômicos, do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que ainda pode ser convocado para falar na CPI dos Bingos para “dirimir dúvidas” com relação a denúncias de suposto envolvimento em irregularidades.

– Não pode haver dúvidas quanto ao ministro da Fazenda. O ministro não deve ficar permanentemente exposto dentro de



Renan avalia que é fundamental Antonio Palocci esclarecer todas as dúvidas do Congresso sobre denúncias publicadas na imprensa

uma zona cinzenta – explicou.

Renan também voltou a cobrar agilidade da Câmara dos Deputados na votação de algumas matérias, como a reforma política.

– A culpa não é do presidente Aldo Rebelo. Ele está chegando agora. A culpa é da era Severino [Cavalcanti, ex-presidente da Câmara], na qual não se votou um só projeto. O Senado votou a reforma política e a reforma do Judiciário, que não andaram

na Câmara. Assim não dá. Não vamos legislar sem fazer o que o país cobra – disse.

Para Renan, o Congresso deve priorizar questões que “destruam os investimentos” no país, como a reforma tributária e a lei geral das pequenas e médias empresas.

– O Brasil precisa crescer para resgatar a terrível hipoteca social que pesa sobre nós – enfatizou o presidente do Senado.

CPIs não querem o *impeachment*, diz Efraim

As comissões parlamentares de inquérito dos Bingos e dos Correios não estão interessadas no *impeachment* do presidente Lula, garantiu Efraim Morais (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos. Para ele, o que interessa é a verdade e a apuração dos fatos, com liberdade em todas as investigações.

Efraim deixou claro, entretanto, que só no caso de comprovação, no fim dos trabalhos ou no desenrolar das atividades das CPIs, do envolvimento do presidente Lula em qualquer tipo de irregularidade “se poderá pensar em algum movimento em relação ao *impeachment*”.

O senador observou que, no caso, não caberá somente ao



Impedimento de Lula precisa ter apoio da sociedade, afirma presidente da CPI dos Bingos

Congresso buscar o impedimento de Lula. A seu ver, o Legislativo tem que ter o devido apoio da sociedade, por meio de instituições que a representam, como a

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e centrais sindicais.

Efraim fez as afirmações após manter encontro na quarta-feira, em seu gabinete, com conselheiros da OAB. Eles pediram ao senador informações detalhadas sobre os trabalhos da CPI dos Bingos e quiseram saber se já existem provas de um possível envolvimento do presidente Lula em irregularidades. O senador disse que colocou os arquivos da comissão à disposição da OAB. No início do mês, a conselheira federal da OAB de Mato Grosso do Sul Elenice Carille pediu a abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente.

Wanderval não sabia de dinheiro

O deputado Wanderval Santos (PL-SP) afirmou, em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, na quinta-feira, que, se soubesse a origem dos R\$ 350 mil recebidos pelo ex-deputado Carlos Rodrigues (o Bispo Rodrigues), teria denunciado à Igreja Universal do Reino de Deus e à Câmara. Wanderval Santos, que sofre processo por quebra de decoro parlamentar, alega em sua defesa que não teve conhecimento da ida de seu motorista, Célio Siqueira, à agência do Banco Rural em Brasília, em 2003, a pedido de Rodrigues, para buscar uma “encomenda”.

PT pede cassação de Zulaiê Cobra

O presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), entrou com representação na Mesa da Câmara contra a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) por quebra de decoro parlamentar. Em nome do PT, Berzoini pede a cassação porque, em entrevista à Rádio Jovem Pan, em 25 de outubro, a deputada acusou o PT “explicitamente e sem provas”, de ter mandado assassinar Celso Daniel, então prefeito de Santo André e coordenador da campanha de Lula à Presidência da República. A representação cita ainda que há duas semanas a deputada chamou o presidente Lula de “bandidão” e o deputado José Dirceu (PT-SP) de “chefe de quadrilha”.

Parlamentares sem aposentadoria

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, na quinta-feira, que a Câmara e o Senado paralizem a análise dos pedidos de aposentadoria para parlamentares cassados. A decisão tem caráter cautelar e, portanto, vai vigorar até que o TCU avalie o mérito da questão. A concessão de aposentadoria a parlamentares cassados foi questionada pelo Ministério Público junto ao TCU. O procurador-geral, Lucas Rocha Furtado, argumenta que a cassação do mandato quebra o vínculo do ex-parlamentar com o poder público. De acordo com o procurador, com a cassação, o que o parlamentar pagou de contribuição deve ser restituído e a aposentadoria, cassada.

IGUALDADE RACIAL Estatuto já aprovado pela CCJ aguarda prazo de recurso para ser enviado ao exame da Câmara



Paulo Paim participa da Marcha Zumbi + 10, na Esplanada: urgência para aprovar o estatuto

Contagem regressiva para igualdade racial



Aprovado no dia 9 passado, por aclamação e em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o Estatuto da Igualdade Racial aguarda agora o cumprimento do prazo de cinco sessões – que termina no dia 24 – para interposição de recurso e votação em Plenário, sendo então enviado à Câmara dos Deputados. Apesar do esforço dos movimentos pelos direitos dos negros, que estiveram em Brasília na semana passada, não foi possível a sanção do estatuto pelo presidente da República antes do Dia da Consciência Negra (domingo, 20), que lembra a morte do herói negro Zumbi.

Participantes da Marcha Zumbi + 10 ocuparam na quarta-feira a Esplanada dos Ministérios (a marcha se repete nesta terça-feira) para protestar contra o racismo e cobrar mais políticas públicas

voltadas para o negro. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saudou os manifestantes e destacou iniciativas do governo federal em favor dos afrodescendentes, como a criação da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem à frente uma negra: a ministra-chefe Matilde Ribeiro.

– Nada do que este país faça vai retribuir à altura o esforço e o sofrimento dos mais de 6 milhões de africanos que foram retirados à força dos seus países – afirmou Ideli, que aplaudiu a adesão de 18 universidades públicas ao sistema de cotas, decisão que teria possibilitado o ingresso de 11 mil afrodescendentes no ensino público superior neste ano.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto original do estatuto, defendeu um acordo entre as lideranças para que a pro-

posta (PLS 213/03) seja votada rapidamente na Câmara.

O estatuto prevê mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e institui o sistema de cotas em favor da população afro-brasileira nas universidades públicas, além de meios para garantir visibilidade aos afrodescendentes nos meios de comunicação.

Outro ponto importante é a previsão do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, para financiar as ações previstas no estatuto. Há também mecanismos para melhorar as condições de acesso dos negros à Justiça e inovações que foram negociadas com o governo, entre as quais o reconhecimento das terras ocupadas por quilombolas.



Investimentos em educação são essenciais para superar diferenças entre brancos e negros

metas de superávit primário foi apontado, desde o início de sua tramitação, como um dos principais obstáculos à sua aprovação.

O movimento negro também acusa o governo brasileiro de ignorar os compromissos assumidos na Conferência Mundial contra o Racismo de Durban (África do Sul), em 2001.

Manifestantes cobram liberação de recursos

As entidades que organizaram a marcha dos negros a Brasília, na semana passada, além de reivindicarem a sanção presidencial para o Estatuto da Igualdade Racial, tinham uma queixa bem fundamentada a fazer ao governo federal: o orçamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sofreu contingenciamento de quase R\$ 2 bilhões este ano.

Segundo documento entregue ao Executivo, elaborado por um grupo de especialistas de diversas universidades públicas, para o Brasil equiparar os direitos dos negros aos dos brancos, o governo precisará investir, nos próximos anos, cerca de R\$ 67,2 bilhões. O estatuto prevê a criação de um fundo para a promoção da igualdade, cujo impacto financeiro sobre os cofres da União e as

Funil começa na educação

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 46,5% da população são de negros. Mas essa quase igualdade não se reflete nas oportunidades de acesso à educação, essencial para assegurar ao cidadão melhores oportunidades no futuro

Brancos		Negros
7,5%	Analfabetismo	17,5%
95%	Ensino fundamental	92%
54%	Ensino médio	31%
16%	Ensino superior	4,4%

Homenagem ao herói Zumbi dos Palmares

Com a presença dos senadores pelo PT Paulo Paim (RS) e Ideli Salvatti (SC), a Câmara dos Deputados realizou na quarta-feira sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra. Babalorixás e líderes das comunidades negras juntaram-se aos parlamentares na cerimônia que celebra o herói negro Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695, em razão de sua luta contra a escravidão.

O evento também é parte da mobilização para que se vote favoravelmente, na Câmara, o Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, no último dia 9. O projeto aguarda o prazo de cinco sessões destinado à interposição de recurso, para então ser enviado ao exame dos deputados.

Os participantes aplaudiram

depoimento da atriz Zezé Motta, em vídeo transmitido durante a sessão, sobre seu papel na novela *Corpo a Corpo* da TV Globo, na qual contracenava com o ator Marcos Paulo. A atriz contou que as cenas de beijo entre ela (negra) e Marcos Paulo (branco) provocavam reações racistas de telespectadores, que chegaram a surpreender até os autores da novela.

Na tribuna, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) criticou “a pressão ideológica do embranquecimento” que, segundo ele analisou, “levou o centro-avante da seleção brasileira, Ronaldo, a fazer a declaração de que é branco, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*. Essa pressão fez com que apenas 5,9% dos brasileiros se declarassem negros em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e 41,7% se classificassem como pardos”.

Senadores fazem elogio a esforço de Paulo Paim

Durante a discussão do Estatuto da Igualdade Racial na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do colegiado, fez questão de manifestar seu compromisso com a aprovação do projeto, salientando vínculos com a comunidade negra da Bahia, onde é presidente de honra do bloco afro Ilê-Ayiê. Ideli Salvatti (PT-SC), por sua vez, desejou aos colegas “muito axé” na votação, aproveitando a presença, na reunião, de uma delegação da Nigéria, país de onde muitos negros foram trazidos como escravos para o Brasil.

Autor do substitutivo aprovado na CCJ, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse que a aprovação era “um prêmio ao senador Paulo Paim, por toda a sua luta contra o racismo e pela igualdade racial”.

Sibá Machado (PT-AC) lamentou que os negros continuem a se deparar, ainda hoje, com constrangimentos e dificuldades de ascensão social. Ele lembrou uma série de leis do governo brasileiro no século 19, anteriores à Lei Áurea, destinadas, como avaliou, menos a acabar com o tráfico de escravos e a coibir a segregação racial no país do que a atender os interesses comerciais da Inglaterra.

Proposta foi discutida com a sociedade

O Estatuto da Igualdade Racial tramitou no Senado por cerca de 18 meses, tempo considerado curto por Tourinho, tendo em vista a complexidade da matéria. A proposta passou também pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Em todas, foram realizadas audiências com representantes da comunidade negra e do governo, entre outros segmentos.

A idéia do estatuto foi lançada por Paim em 2002, ainda na condição de deputado federal. “O estatuto é a verdadeira carta de alforria do povo negro”, costuma dizer o senador.

O que prevê o estatuto

- Cria um Fundo de Promoção da Igualdade Racial, com recursos do Orçamento da União, transferências voluntárias dos estados e municípios, parte da arrecadação das loterias federais, doações de pessoas físicas, empresas privadas e ONGs, entre outros.
- Institui mecanismos para melhorar as condições de acesso dos negros à Justiça.
- Estabelece marcos para o reconhe-

cimento das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

- Cria mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

- Institui o sistema de cotas em favor da população afro-brasileira nas universidades públicas.

- Prevê meios para garantir visibilidade aos afrodescendentes nos meios de comunicação.

COMISSÕES

Brasil não tem lei eficaz contra crime na Internet

A legislação brasileira não dispõe de instrumentos eficazes para coibir a ocorrência de crimes pela Internet, pois o correio eletrônico (*e-mail*) não é considerado um serviço de telecomunicações, mas de valor adicionado. A explicação foi dada pelo presidente-substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Plínio de Aguiar Júnior, em audiência pública que debateu o projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que pretende obrigar os provedores a manter cadastro detalhado dos usuários da Internet (PLS 279/03). O debate foi realizado na Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Educação.

O projeto, relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), também determina que os provedores serão co-responsáveis pela veracidade das informações dos cadastros e que os dados poderão ser compartilhados com outras instituições. Pelo projeto, as empresas terão 90 dias, a partir da vigência da lei, para regularizar as contas já existentes, sob pena de can-

celamento.

Presidente da associação dos provedores de acesso à Internet (Abranet), Antônio Alberto Tavares sugeriu a redução, de dez para três anos, do prazo máximo que as prestadoras de serviço de correio eletrônico terão para apresentar às autoridades o extrato das comunicações realizadas por uma conta específica.

Projeto que exige cadastro de internautas foi debatido em subcomissão

Já o perito de informática da Polícia Federal Paulo Quintiliano da Silva alertou que os provedores de *e-mail* não têm cadastro dos usuários, enquanto os provedores de domínio (endereços da Internet) não mantêm dados "confiáveis" dos internautas.

Delcídio Amaral considerou "importantes" as observações dos convidados. "Poderemos aperfeiçoar o projeto e implementar melhorias, pois a Internet será o maior instrumento de educação no mundo", ressaltou. Para Eduardo Azeredo, a Internet "modifica o processo de aprendizado e favorece a quem já dispõe de um computador, o que nos leva a discutir a exclusão digital".

Diplomata salienta aproximação com a Bélgica

A aproximação entre empresários do Brasil e da Bélgica e a formação de *joint ventures* entre os dois países deverão ser prioridades no relacionamento bilateral, segundo o embaixador designado para Bruxelas, Almir Franco de Sá Barbuda, cuja indicação para o posto foi aprovada por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O assunto vai a Plenário.

Barbuda citou como exemplo da proximidade entre as duas nações a chegada ao Brasil, nesta segunda-feira, de uma grande missão empresarial belga, chefiada pelo príncipe Philippe, herdeiro do trono belga. Executivos e ministros

de Bruxelas visitarão empresas em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro. Entendimentos em setores como os de segurança e medicina nucleares deverão também ser firmados.

– Poderíamos seguir o exemplo e pensar no envio de uma missão à Bélgica, para intensificar contatos entre empresas dos dois países em setores como os de agroindústria, siderurgia e mineração de pedras preciosas – sugeriu Barbuda, que também deve representar o Brasil em Luxemburgo.

O presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), recebeu o novo embaixador da União Européia (UE) no Brasil, o português João Pacheco.

Mais espaço para a voz dos quilombolas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer ao PLC 9/05, de autoria do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que inclui nos comitês de bacias hidrográficas representantes da Fundação Palmares e dos quilombolas, nesse caso quando houver comunidades remanescentes de quilombos na área da bacia.

Segundo o relator da matéria, senador Augusto Botelho (PDT-RR), a proposta altera a Lei 9.443/97, que instituiu a política nacional de recursos hídricos e criou o sistema nacional de gerenciamento desses recursos. Para Augusto, o projeto justifica-se pela influência direta que as deliberações dos comitês terão sobre as atividades dos quilombolas que habitam em área de bacia hidrográfica. A proposta será examinada em Plenário.

A comissão aprovou ainda relatório ao projeto de lei que inclui as pessoas que vivem nas ruas em programas criados pelos serviços da assistência social. O PLC 80/04, do deputado Henrique Afonso (PT-AC), altera a Lei Orgânica da Assistência Social



População negra estará representada nos comitês de bacias hidrográficas pela Fundação Palmares e pelos quilombolas

(Loas) para beneficiar os moradores de rua, além das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social já amparados pela norma. A proposta também segue para o Plenário. O relatório da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), lido pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), destacou que o projeto aperfeiçoa a Loas ao incluir a população de rua entre as prioridades assistenciais. A proposta estabelece as obriga-

ções do poder público em relação ao assunto que, na sua opinião, "é um dos mais importantes problemas sociais no Brasil".

Foi aprovado também requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO) para a realização de debate com representantes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde, planos de saúde e Procon sobre proposta de Lúcia Vânia que permite aos planos de saúde oferecer coberturas reduzidas.

Fundo pretende estimular cultivo de cacau

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto do senador César Borges (PFL-BA) que cria o Fundo de Aval para a Recuperação da Lavoura Cacauera (Funcacau). O relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), acatou emenda da senadora Ana Júlia Carepa

(PT-PA) para que o Banco do Brasil seja o operador do fundo. Na proposta original, o gestor do Funcacau seria o Banco do Nordeste, mas Ana Júlia argumentou que a planta é cultivada também na Amazônia e no Espírito Santo. Outra emenda da senadora garante crédito para os plantadores

de cacau da região Norte.

O projeto prevê que os ministérios da Agricultura e da Fazenda deverão estabelecer o volume máximo de operações que terão risco garantido pelo Funcacau. Segundo César Borges, a cultura é responsável por 20% dos empregos agrícolas na Bahia. Já Ana Júlia afirmou que, no Pará, cerca de 8 mil famílias em 27 municípios estão envolvidas nesse cultivo. Rodolpho Tourinho argumentou que a lavoura do cacau é uma atividade de alto risco por causa da praga da vassoura-de-bruxa e de suas características específicas de cultivo.

A comissão, presidida pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), aprovou também projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre crédito fundiário em benefício de posseiros e trabalhadores rurais para aquisição de terras para a agricultura.



Iniciativa de César Borges (E), relatada por Rodolpho Tourinho, cria sistema para recuperação da cultura do cacau em todo o país

Renan e Lula abrem seminário internacional sobre obra de Celso Furtado

Economista que dedicou sua vida à compreensão das causas e conseqüências sociais do subdesenvolvimento, Celso Furtado terá sua obra destacada em seminário internacional no Senado, entre 24 e 25 de novembro, quinta e sexta-feira. O evento será aberto às 9h, no Auditório Petrônio Portella, com as presenças dos presidentes da Casa, senador Renan Calheiros, e da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O seminário marca a passagem do primeiro ano da morte do economista, ocorrida em 20 de novembro do ano passado, aos

84 anos. Sob o tema "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento", o evento é uma iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Furtado foi um dos formuladores da chamada teoria do subdesenvolvimento e idealizador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ao lado do colega argentino Raul Prebisch, ele apresenta o problema do subdesenvolvimento como decorrência das relações

assimétricas de poder entre os países centrais e periféricos. Furtado também questionou a interpretação de que a saída para os subdesenvolvidos estaria limitada à exploração de sua "vocaçã agrícola". Propôs, como solução, o planejamento e o investimento estatal direto em infra-estrutura e industrialização.

Além da viúva Rosa Freire de Aguiar Furtado, vão participar da solenidade de abertura os ministros Ciro Gomes, da

Integração Nacional, e Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República. São também presenças confirmadas as de Guido Mantega, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de José Luiz Machinea, secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) – organismo vinculado à ONU onde Furtado e Prebisch atuaram, experiência fundamental para os estudos desenvolvi-

dos posteriormente por ambos sobre o subdesenvolvimento na América Latina.

A conferência introdutória – às 10h30 do dia 24 – terá como tema "A Obra de Celso Furtado e sua Atualidade". À frente, estarão a economista Maria da Conceição Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Oswaldo Sunkel, ex-diretor do Centro Cepal-BNDES.

Uma sessão de depoimentos marcará o encerramento dos trabalhos, dia 25, a partir das 16h45, no auditório do Interlegis, com a participação de Rubens Ricupero e Hélio Jaguaribe.

Morto há um ano, economista será lembrado por amigos e estudiosos

COMISSÕES



Projeto aprovado na CCJ prevê que investigação comece tão logo desaparecimento seja notificado

Rapidez na busca de criança desaparecida

A investigação do desaparecimento de crianças e adolescentes será iniciada imediatamente após a notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato a portos, aeroportos, polícia rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados do desaparecido. A determinação está prevista em projeto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que ainda deverá ser examinado pelo Plenário.

Na justificativa da proposta (PLC 96/02), a então deputada Maria Elvira, autora da matéria, afirma que no Brasil, por falta de legislação específica, ocorre uma demora para iniciar investigações sobre desaparecimento de crianças e adolescentes, “presumindo tratar-se de mero ato de rebeldia

infantil ou juvenil”. Em alguns municípios, esse tempo de espera chega a 48 horas, “resultando na impossibilidade de se solucionar o crime”, afirma Maria Elvira.

Para Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), relator do projeto, existem no país quadrilhas especializadas em subtrair crianças e adolescentes, com o objetivo de alimentar a exploração sexual ou o comércio ilegal de órgãos.

– Segundo as estimativas, cerca de 40 mil crianças se perdem de seus pais todos os anos no Brasil – relata Juvêncio.

Rigor para crime de subtração de menores

A CCJ aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto de César Borges (PFL-BA) que torna mais específico o conceito de subtração de incapazes, já tipificado no Código Penal, além de aumentar

sua pena (PLS 50/04). De acordo com a nova redação dada pelo relator, Demostenes Torres (PFL-GO), o artigo 237 do Estatuto da Criança e do Adolescente passa a prever pena de reclusão de três a seis anos para responsáveis pela subtração de criança e adolescente. Pela legislação atual, a reclusão é de dois a seis anos.

César Borges lembra que no conhecido “caso Pedrinho”, subtraído de seus pais ainda recém-nascido, o crime nem sequer foi considerado como seqüestro.

– Tecnicamente Pedrinho não foi seqüestrado, pois o tipo penal “extorsão mediante seqüestro” exige que o agente pretenda obter resgate pelo seqüestrado. A criminosa Vilma Costa foi condenada por dar parto alheio como próprio (sete anos) e por subtração de incapaz (um ano e oito meses) – observa.

Senado poderá indicar diretor de agência

Projeto de emenda à Constituição (PEC) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) determina que o Senado passará a ter competência privativa de indicar e nomear dirigentes das agências reguladoras quando o presidente da República não se manifestar sobre o assunto nos primeiros 90 dias da vacância do cargo. De autoria de José Jorge (PFL-PE), a proposta tramitava em forma de projeto de lei (PLS 322/05), mas foi transformada em PEC pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), por se tratar de matéria constitucional.

Pelo artigo 5º da Lei 9.986/00, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras, cabe ao presidente

da República escolher e nomear o presidente e os demais membros do conselho diretor dos órgãos. Por essa mesma norma, cabe ao Senado apenas aprovar a indicação, por voto secreto e após arguição pública.

Na justificativa do projeto, José Jorge afirma que o presidente Lula tem demonstrado descaso com as agências reguladoras ao deixar de indicar os substitutos dos diretores das agências, findo o mandato dos anteriores.

– Como exemplo, cito o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem cinco diretorias, das quais duas estão vagas desde maio. Se um dos três diretores empossados tiver um problema de saúde, por exemplo, a agência não poderá tomar

qualquer decisão, já que só restarão dois dirigentes, o que não permite a maioria – argumentou. A PEC vai a Plenário.

Adaptação do CPP à Constituição

A CCJ também acolheu parecer de Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto (PLS 247/00) de Jefferson Péres (PDT-AM) que visa adaptar o Código de Processo Penal (CPP) à Constituição, no que se refere às relações entre a polícia judiciária, o Ministério Público e a autoridade judiciária.

Jefferson Péres explica que a Carta atribuiu novas funções ao Ministério Público, mas o CPP, anterior à Constituição, contém dispositivos que contrariam o ordenamento constitucional.

Emissoras públicas devem apoiar procura

As emissoras de televisão mantidas pelo poder público deverão passar a transmitir diariamente, durante pelo menos um minuto, imagens de pessoas desaparecidas, identificadas e acompanhadas de informações para contato com suas famílias. A medida consta do Projeto de Lei 90/04, de autoria do senador Rodolpho

Tourinho (PFL-BA), aprovado na quarta-feira em decisão terminativa, por unanimidade, pela Comissão de Educação (CE).

A proposta, acre-

ditada Tourinho, prestará uma grande ajuda às famílias que buscam notícias de pessoas desaparecidas. O parlamentar recordou que muitas crianças desaparecidas foram encontradas por seus familiares depois que uma telenovela de alcance nacional passou a divulgar suas fotos.

Como observa em seu pare-

cer o relator da proposta, senador Gerson Camata (PMDB-ES), a divulgação de imagens por parte das emissoras de TV poderá alcançar um grande público sem praticamente onerar as emissoras.

– As fotos já se encontram em poder da polícia. É uma questão de fazê-las chegar ao público. Uma vez que os três Poderes da República dispõem de produtoras de material televisivo, são perfeitamente viáveis a coleta, o pro-

cessamento e a disseminação das informações necessárias à veiculação – afirma Camata, presidente da CE.

A comissão aprovou ainda parecer favorável a 26 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados. As proposições serão examinadas em Plenário.

TVs públicas podem passar a divulgar fotos de pessoas desaparecidas



Presidente da CE, Gerson Camata acredita que a comissão pode apoiar as propostas da União Nacional dos Estudantes

Camata discute assistência estudantil com direção da UNE

Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da Comissão de Educação (CE), recebeu duas representantes da diretoria executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na reunião, realizada na quarta-feira, foi discutida a possibilidade de incluir a destinação de recursos para assistência estudantil universitária em emenda da comissão ao Orçamento da União. Foi debatido ainda o apoio aos centros universitários de cultura e arte

(Cucas), projeto desenvolvido pela UNE que estimula a participação dos estudantes e da sociedade em atividades culturais (grupos de teatro, música, pintura, entre outros).

– Acredito que a CE tem condições de apoiar as duas propostas – afirmou Camata.

Segundo Daniele Costa, representante da UNE, os programas de assistência estudantil são insuficientes e se restringem, em geral, a restaurantes e residências universitárias.

CCJ vota prazo para defesa de Capiberibe

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, nesta terça-feira, reunião extraordinária para votar o parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA) à decisão da Mesa do Senado que aprovou calendário para que João Capiberibe (PSB-AP) exerça seu direito de defesa, conforme determinou o Supremo Tribunal Federal. O parlamentar teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, sob a acusação de

compra de votos.

O direito de defesa foi proposto pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e aprovado pela Mesa da Casa.

Capiberibe terá cinco dias úteis para apresentar defesa escrita. Após esse período, sem a defesa, Renan nomeará defensor, que terá mais cinco dias úteis. A seguir, o relator designado apresentará, em cinco dias, relatório e voto, que será, então, analisado pela Mesa.

Demostenes relata processo de Mesquita Júnior

João Alberto Souza (PMDB-MA), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, designou Demostenes Torres (PFL-GO) relator do processo que tramita no órgão contendo pedido de esclarecimentos ao senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) sobre suposto recolhimento de parte do salário de servidores lotados em seu gabinete. A acusação foi publicada em 21 de outubro pelo *Jornal do Brasil*.

Mesquita Júnior anunciou sua desfiliação do PSOL um dia após a apresentação da denúncia. Conforme disse em discurso, ele se desfiliou para não parecer que buscava proteção do partido e para não criar constrangimento a seus integrantes, em face das denúncias – atribuídas a uma manobra política orquestrada por adversários políticos. O senador apresentou sua defesa prévia ao Conselho de Ética no dia 9 de novembro.

PLENÁRIO

Projeto pode ressuscitar Super-Receita

A Super-Receita durou 120 dias. Na última sexta-feira, a medida provisória que unificou a fiscalização e a arrecadação previdenciária e fiscal na Receita Federal do Brasil expirou sem conseguir ser votada no Plenário do Senado. O presidente Renan Calheiros encerrou a sessão deliberativa às 12h58 por falta de quórum. Apenas 33 senadores registraram presença, faltando oito para iniciar a ordem do dia com a votação da MP 258.

– A MP ficou refém do clima político. O ambiente está nervoso e agitado. E a conjuntura é muito adversa – avaliou o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), um dos candidatos à relatoria da Super-Receita.

Sem prazo para acenar com medidas que azeitassem os canais de entendimento com a oposição, viabilizando uma nova rodada de votação na Câmara, o governo se viu enredado na própria armadilha. Conforme o relator na Câmara, deputado Pedro Novais (PMDB-MA), o governo atrasou a tramitação da MP

258 naquela Casa, o que resultou em somente três dias para sua deliberação no Senado.

A reunião de líderes, na última sexta-feira, comprovou o equívoco dessa estratégia. Em meio a críticas sobre o excesso de MPs

O próprio governo atrasou a Super-Receita na Câmara, diz Pedro Novais

e o rito que subtrai prazo do Senado para discuti-las, pesou o clima político desfavorável na Casa em que o governo não detém maioria. A Super-Receita emperrou na obstrução comandada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Depois disso, os líderes do PFL e do PSDB o acompanharam.

Segundo o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, a oposição não aceitou sequer transformar a MP em projeto de lei com urgência constitucional, que teria de ser enviado pelo Executivo porque a matéria é de competência privativa do presidente da República. Só que, nesse caso, o projeto – com prazo de tramitação de 45 dias em cada Casa e dez dias adicionais para votar somente as mudanças feitas pelos senadores – começaria a tramitar pela Câmara.

Os opositoristas chegaram a sugerir um projeto de lei com urgência requerida por acordo de líderes. Mas Jucá avisou que a Constituição, no seu artigo 61, impede essa alternativa pelo teor da MP, que trata da criação e extinção de órgãos da administração pública. Outra alternativa seria emendar algum projeto de lei de conversão tramitando no Senado, do modo como foi feito com a chamada

MP do Bem (MP 255/05). Só que para isso, segundo Jucá, precisa haver um clima político favorável ao entendimento.



Até a manhã de sexta-feira Renan Calheiros (E) buscou entendimento para votar medida provisória

– O sentimento agora é que o Senado não aprova mais nenhuma MP, enquanto não mudar o rito – lamentou Bezerra. Renan anunciou que deixou de existir o acordo para dois dias de discussão das MPs e considerou “obstruídos” os canais de entendimento entre os líderes.

Embora o cenário seja adverso, o governo não jogou a toalha. Prudente, o senador Aloizio

Mercadante (PT-SP) não arrisca prognósticos, mas quer discutir com os opositoristas o mérito da proposta. Ele disse que os líderes mostraram que não há divergência em relação à criação da Super-Receita, mas sim sobre a maneira como foi feita.

Os números que o líder do governo apresentou no Plenário revelam que houve aumento de 15,5% na arrecadação nominal de agosto a outubro deste ano – enquanto vigorou a Receita Federal do Brasil –, comparados ao mesmo período de 2004.

Mercadante também fez questão de lembrar que o governo Lula editou 4,9 MPs por mês, enquanto no de Fernando Henrique Cardoso essa média mensal foi de 6,8 MPs.

Mercadante explicou que o governo definirá várias medidas administrativas a partir desta segunda-feira, mas que a unificação da fiscalização e da arrecadação previdenciária e fiscal “está prejudicada”. Ou seja, voltará tudo à estaca zero. Somente os atos durante a vigência da MP estão resguardados.

Tião Viana fez apelo por aprovação

Pouco antes da declaração de falta de quórum, o senador Tião Viana (PT-AC) fez apelo à oposição para que aprovasse a MP da Super-Receita, que, na sua opinião, poderia ser modificada em seguida, via projeto de lei.

Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a Super-Receita, dizendo que a fusão favoreceria o combate à sonegação e simplificaria a vida do contribuinte, além de combater a burocracia.

– A integração entre as culturas da Receita Federal e da Previdência Social vai trazer o que há de melhor em cada uma dessas estruturas – afirmou Mercadante.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que iria votar contra a MP por entender que uma matéria dessa importância não pode ser votada no Senado sem a devida discussão. Na opinião dele, “para o governo o Congresso Nacional é supérfluo

e não precisa debater e ouvir a sociedade. Essa é a triste realidade e, por isso, não vamos ter quórum para votar a MP”.

Paulo Paim (PT-RS) leu nota da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) pedindo a rejeição da MP e alertando para o perigo de que as receitas previdenciárias arrecadadas pelo Ministério da Fazenda sejam usadas para pagar juros da dívida pública.

Renan proporrá redução do número de MPs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que fez todo o possível para votar a Super-Receita.

– Tentei primeiro votar a MP; depois, tentei um acordo para um projeto de lei com as mesmas idéias, mas foi impossível – assinalou Renan.

Além da crise política, outro obstáculo foi o prazo de trami-

tação da medida, quase todo consumido pela Câmara.

– Isso não pode continuar. Minimiza o papel do Senado. Já conversei com o presidente Aldo Rebelo – ressaltou.

Renan chamou a atenção para edição indiscriminada de MPs e disse que proporrá ao presidente Lula uma redução desse número.

Sobre a reforma política, objeto de declarações do presidente Lula, Renan disse que será necessário alterar a lei eleitoral, afirmando que “do contrário, será uma nova eleição com velhas regras”.

Ele citou projeto aprovado no Senado e enviado à Câmara, baseado em proposta do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Para Osiris, Super-Receita iria enfraquecer previdência pública

O ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho afirmou em debate promovido pelas associações dos procuradores federais (Anpaf) e da Previdência Social (Anpreve), e pelo sindicato dos auditores-fiscais da Receita (Unafisco) que a Super-Receita enfraqueceria a previdência pública. Na discussão, Jefferson Péres (PDT-AM) e Geraldo Mesquita

Júnior (sem partido-AC) manifestaram-se contra a proposta. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse estar refletindo.

Em Plenário, Serys Slhessarenko (PT-MT) leu manifesto da associação dos auditores da Previdência Social (Anfip) a favor da Super-Receita, afirmando que a fusão racionaliza o uso dos recursos públicos.

Virgílio vê sexta-feira como “dia do basta à humilhação”

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que a última sexta-feira será lembrada como o “dia do basta à humilhação do Senado”. Ele admitiu que a matéria sobre a Super-Receita é relevante, mas ponderou que deve ser tratada por meio de projeto de lei, para que se possa debatê-la.

“Uma data histórica”, foi como Jefferson Péres (AM) reagiu à decisão do Plenário de não votar o projeto.

– Há 17 anos o Senado é maculado com constantes medidas provisórias. Não podemos mais aceitar esse intolerável abuso – desabafou Jefferson Péres, ao elogiar o trabalho do presidente do Senado, Renan Calheiros, contra as MPs.

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que os senadores do seu partido não são contra o mérito da Super-Receita, e sim contra o atual rito de tramitação das medidas provisórias.

– O que não podemos fazer é votar uma matéria que chegou na semana passada, sem estudá-la e sem saber qual o impacto que ela causará ao nosso país – explicou o senador.

Nesse sentido, o senador José Agripino (PFL-RN) lembrou que comissão especial do Senado

elaborou projeto propondo mudanças na tramitação, que aguarda exame da Câmara dos Deputados.

Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ser favorável às medidas provisórias em sistemas presidencialistas, para dar agilidade ao Executivo. Opinou, no entanto, que o Congresso não se respeita e permite que sejam editadas MPs sem urgência e relevância.

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), lamentou a situação e sugeriu que, na próxima vez que uma MP chegar com prazo praticamente vencido, o Senado não perca dois dias tentando acordo para votação.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) também considerou exíguos os três dias reservados ao Senado para discutir a criação da Super-Receita. A parlamentar ressaltou que Renan Calheiros já expôs na semana passada sua indignação com a “verdadeira epidemia de MPs que ocorre neste governo”.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) prestou seu apoio a Iris pela defesa das prerrogativas do Congresso Nacional.

Amir Lando pede correção do PLV 25/05

Amir Lando (PMDB-RO) informou haver erro de redação no artigo 68 do projeto de lei de conversão (PLV 25/05) oriundo da MP 255/05, que incorporou dispositivos da chamada MP do Bem (MP 252/05). O parlamentar pediu retificação à Mesa do Senado.

PLENÁRIO

Lula apóia Dilma e Palocci, garante Ideli

Em discurso no Plenário na sexta-feira, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o presidente Lula apóia indiscutivelmente tanto o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quanto a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. A ministra vem fazendo críticas públicas a Palocci sobre a condução da política econômica.

– Para que o governo ande bem, tenha bom resultado, os dois ministérios precisam andar bem. O da Fazenda, cuidando da execução das metas econômicas, no cumprimento dos compromissos financeiros; e a Casa Civil, da execução do Orçamento e de obras – disse a senadora.

Ideli acredita que os dois ministérios precisam ter suas responsabilidades desempenhadas e desenvolvidas com competência, o que vem ocorrendo, segundo ela, nos dois casos. A senadora creditou o debate que tem acontecido entre Dilma e Palocci às tensões normais de qualquer governo diante de funções diferenciadas que cada um dos ministros exerce. Ela lembrou que Lula reafirmou a importância de ambos na entrevista coletiva que deu na manhã de sexta-feira.

A imprensa vem noticiando que Lula, em cerimônia realizada na quinta-feira, citou cinco vezes o nome da ministra Dilma e ne-

nhuma o de Palocci. Questionado pela imprensa, o presidente teria dito que não assistiu ao depoimento do ministro à Comissão de Assuntos Econômicos, no Senado, na quarta-feira.

A senadora afirmou ser natural que Lula tenha citado Dilma Rousseff, uma vez que o evento se relacionava a um projeto de uso de biodiesel, ligado ao Ministério de Minas e Energia, do qual Dilma estava à frente até recentemente. Já sobre o fato de o presidente não ter assistido ao depoimento de Palocci, que durou mais de 11 horas, Ideli afirmou que o ministro não precisa de monitoramento.

Patrícia Saboya defende licença-maternidade maior

Patrícia Saboya (PSB-CE) ocupou a tribuna na sexta-feira para defender novamente a aprovação de projeto de lei de sua autoria que aumenta de quatro para seis meses o período da licença-maternidade. Em troca, os empresários que aderirem à ampliação da licença, caso o projeto seja transformado em lei, passarão a ter direito a benefícios fiscais.

A senadora informou que a concessão da licença-maternidade pelo período de seis meses é facultativa, ou seja, será concedida pela empresa que aderir ao programa, e caberá à futura mãe optar se deseja ter o benefício por quatro ou seis meses. O projeto, disse Patrícia, foi elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e

conta com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil.

– O principal investimento que todo país deve fazer é no capital humano, principalmente com relação às crianças e adolescentes, a fim de que tenham todas as condições necessárias para o desenvolvimento físico e mental – alertou a senadora.

Patrícia justifica a ampliação do período da licença-maternidade sob o argumento de que a primeira infância é a fase mais importante do ser humano. Ela ressalta que o projeto estimula o aleitamento materno e que estudos comprovam que, se a mãe ficar em casa por mais tempo com o filho, a criança crescerá com saúde, equilíbrio e auto-estima.

Fátima Cleide pede aprovação de projeto sobre gestão florestal

Fátima Cleide (PT-RO) pediu a aprovação urgente do projeto que regulamenta a gestão de florestas públicas para a produção sustentável (PLC 62/05). Na opinião da senadora, o momento é adequado à implantação da experiência de gestão de florestas porque, além dos investimentos do governo federal em fiscalização, os governos estaduais da região amazônica estão mais afinados com os objetivos da política ambiental brasileira. Segundo ela, a falta de regulamentação favorece a degradação das florestas.



José Maranhão sugere que pelo menos 3% do produto interno bruto brasileiro sejam investidos por ano no setor

Maranhão quer investimento em ciência e tecnologia

José Maranhão (PMDB-PB) disse na sexta-feira que o Brasil deveria investir a cada ano pelo menos 3% do produto interno bruto (PIB) em ciência e tecnologia. Para o senador, a política oficial do governo ignora a importância dos investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento, o que, segundo ele, afeta tanto a atual geração como as futuras.

Empresas transnacionais, destacou o senador, investem mais em pesquisa e desenvolvimento do

que muitos países. Ford, Siemens, Toyota e General Motors, exemplificou, investiram em 2003, cada uma, mais de US\$ 5 bilhões em pesquisa e desenvolvimento.

– Não se pode esperar que a iniciativa privada tenha essa responsabilidade espontânea de investir em pesquisa e desenvolvimento. Carecemos de uma política coesa e coerente de investimentos em ciência e tecnologia sob pena de inibirmos e postergarmos o crescimento do país – disse o parlamentar.

Raupp alerta para risco de novos apagões

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo providências para acelerar os leilões de novos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica. Ele salientou que o atraso nos processos de licenciamento ambiental de novas usinas coloca o país sob o risco de novos apagões antes da virada da década. Para o senador, há grandes chances de fracasso do leilão para 17 novos empreendimentos previsto para dezembro próximo. Raupp alertou ainda para o risco de escassez de gás, segundo ele gerado pelo domínio absoluto da Petrobras sobre o setor.

Suassuna defende Varig reestruturada

Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu o apoio do governo para a reestruturação da Viação Aérea Rio-Grandense (Varig) e disse que a reabilitação da companhia representará o “resgate de importante patrimônio nacional”. O senador frisou que há propostas de investidores nacionais e internacionais interessados em injetar recursos para a recuperação da companhia aérea, conforme informações repassadas a ele pelo presidente da Varig, Omar Carneiro da Cunha.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a inauguração do Memorial à República, na terça-feira, em Maceió, significa um “resgate da memória nacional” em relação aos dois personagens históricos responsáveis pela Proclamação da República, em 1889: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ambos alagoanos.

– O Brasil, através da Proclamação da República, deu um passo significativo, não no sentido de substituir o regime que agonizava, mas para colocar em seu lugar princípios republicanos a fim

de que pudéssemos avançar na história. E Alagoas teve um papel fundamental nesse processo – disse Renan.

Antes da inauguração do memorial, Renan e o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, foram condecorados pelo governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PDT), com a Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro da Fonseca, que também foi entregue ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aos senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e Heloísa Helena (PSOL-AL), entre outras autoridades.

DIA DA BANDEIRA – Solemnidade em comemoração ao Dia da Bandeira foi realizada na rampa do Congresso Nacional na manhã de sábado, com a apresentação da Banda dos Fuzileiros Navais e da fanfarras do Colégio Marista de Brasília. Integrantes da Polícia Militar conduziram bandeiras históricas. Até o fechamento desta edição, estavam confirmadas as presenças dos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros.

Mesquita destaca desafio da inclusão digital

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) afirmou em pronunciamento no Plenário que o grande desafio do Brasil é promover a inclusão digital das populações menos favorecidas. Para se conseguir a efetiva participação popular,

segundo o parlamentar, o pressuposto é a democracia participativa. Em sua avaliação, para materializar o sonho do governo eletrônico e da “teledemocracia”, é preciso, antes, vencer a limitação do “analfabetismo digital”.

Memorial Sarney: senador defende interferência federal

José Sarney (PMDB-AP) fez um apelo ao presidente do Senado para que intervenha junto ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para garantir a preservação do acervo cultural da Fundação da Memória Republicana, que abriga o Memorial José Sarney, no Maranhão. Segundo o senador, a Assembléia Legislativa do estado aprovou lei que fixa prazo de 30 dias para que o acervo pertencente ao ex-presidente seja retirado do prédio do Convento das Mercês, sede da fundação.

Senadores lembram ambientalista

O senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) apresentaram, na quarta-feira, requerimento de voto de pesar pela morte do ambientalista Francisco Anselmo de Barros, que ateou fogo ao próprio corpo no último dia 12 em defesa do Pantanal Mato-Grossense e contra a construção de usinas de álcool na região. Tebet ressaltou que Anselmo de Barros “imolou sua vida” em nome da causa.

Voz do Leitor

REFORMA POLÍTICA

“O Brasil precisa da reforma política para que os futuros cidadãos não se deparem com fatos como os atuais. Ela não vai resolver todos os problemas da política, mas ao menos vai desconstituir práticas como o caixa dois.”

Junior Nascimento, de Mombaça (CE)

CELERIDADE (OU LENTIDÃO) DA JUSTIÇA

“A Emenda Constitucional 45/04 criou o inciso LXXVIII, no artigo 5º da Constituição, segundo o qual ‘a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação’. Aqui divulgo esse inciso não só para conhecimento, mas para aplicação imediata e rapidez na tão lenta tramitação de processos na Justiça, causadora de prejuízo, sobretudo pecuniário, para o cidadão que tem dinheiro a receber da União. Especialmente quando é idoso, como no caso de meu pai, Elias Alvares Lima, que faleceu em outubro de 2004 sem receber o valor correspondente ao acumulado da sua pensão militar.”

Antonio Francisco de Carvalho Lima, de Brasília (DF)

EDUCAÇÃO

“A educação é um dos caminhos mais importantes a serem trilhados. É por meio dela que podemos eliminar preconceitos e valorizar os direitos humanos.”

Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)

CONTROLE DO JUDICIÁRIO

“Sugiro a implantação de

um mecanismo de controle externo do Judiciário e do Ministério Público, uma espécie de órgão curador para coibir abusos e controlar os promotores de Justiça. A Emenda Constitucional 45/04 (reforma do Judiciário) criou o Conselho Nacional de Justiça como órgão de controle externo do Judiciário. O mesmo se dá com o Conselho Nacional do Ministério Público.”

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

DIVULGAÇÃO

“Gostaria de sugerir que os meios de comunicação do governo divulguem mais o que está sendo feito pelo povo. O brasileiro não ficará alienado para sempre; vamos fazer um Brasil melhor.”

Elisabete Deucher, de Joinville (SC)

INDIGNAÇÃO

“Estamos pasmos com tanta hipocrisia, demagogia e corrupção no Congresso Nacional, embora haja exceções. Manobras são forjadas para absolver parlamentares corruptos. Fomos traídos quando eles se apresentaram como promotores do interesse da nação e não dos seus interesses particulares. Esses corruptos devem ser punidos com rigor, cassados e processados. Após serem julgados, deverão devolver aos cofres da União os milhões desviados. Não aceitaremos impunidade ou qualquer fantasia de justiça com essa gente que prejudicou e prejudica milhões de brasileiros que sobrevivem honestamente com o mísero salário mínimo.”

Hélio Silva Vieira, de Goiânia (GO)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

ESTATUTO DO IDOSO

Adão Gomes, de São João de Meriti (RJ)

“Senador Sérgio Cabral, a vida dos idosos é enfrentar filas e maus-tratos nos diferentes serviços oferecidos gratuitamente. Qual a finalidade do Estatuto do Idoso?”

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) responde:

Caro Adão, o Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. É o principal instrumento de defesa dos cidadãos de terceira idade. Quando houver desrespeito a qualquer de seus fundamentos, o cidadão ou cidadã deve recorrer aos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização, como o Conselho Nacional do Idoso (61-3429-3598), a Vigilância Sanitária, o Ministério Público ou até mesmo as delegacias de polícia. Além disso, existem Disque-Denúncia, Delegacia de Proteção do Idoso, SOS Idoso (61-3346-9332), Conselhos Municipais e Estaduais do Idoso e Promotorias de Proteção ao Idoso. O descumprimento do estatuto é passível de multa ou punição. Para fazer valer essa lei, portanto, é fundamental a participação de todos.



RIO SÃO FRANCISCO

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

“Senador César Borges, por que se diz que o rio São Francisco é de integração nacional? Por que os estados da Bahia, Sergipe e Minas Gerais estão contra a transposição de suas águas?”

O senador César Borges (PFL-BA) responde:

Prezado Rildo, o São Francisco é um patrimônio nacional, e é dever de cada brasileiro lutar pela sobrevivência ambiental do rio antes de servir-se dele. Hoje ele é um recurso hídrico ameaçado, sobretudo pelas obras de barragens, que, reduzindo a velocidade das águas – em combinação com a degradação das matas ciliares –, estão diminuindo a profundidade do rio e assoreando o seu leito. A simples transposição de águas vai agravar ainda mais este quadro, e ninguém melhor do que o ribeirinho, que conhece o rio desde criança, para saber como a situação é grave. Daí a atitude do bispo dom frei Luiz Cappio, que percorreu de ponta a ponta o São Francisco, e chegou a fazer greve de fome para sustar a decisão do governo de realizar a obra contra tudo e contra todos. Mas as análises técnicas também mostram a imprevidência da transposição. O Banco Mundial, por exemplo, recusou-se a financiar a obra e apresentou relatório para demonstrar que a principal meta – levar água para abastecer 12 milhões de pessoas – é falsa. Além disso, o custo da água inviabiliza o abastecimento domiciliar, principal interesse de todos nós. Para o banco, há ações mais baratas e eficazes de atender a sustentação hídrica do Nordeste Setentrional. Já o Tribunal de Contas da União alertou o país sobre superfaturamento de R\$ 400 milhões, de acordo com o modo como o governo Lula montou o edital. E como não foi feito estudo de impacto ambiental da bacia doadora, mas só da receptora, os efeitos sobre o próprio rio não foram estudados. Infelizmente, este presidente, além de nada fazer pelo Nordeste, ainda dividiu os irmãos nordestinos por causa dessa obra ineficaz e eleitoreira, que engana a boa-fé dos que estão no semi-árido, mas que não serão verdadeiramente beneficiados pelo projeto.



Frases

“Não há recursos de Cuba na campanha do presidente Lula, não há recursos de Angola na campanha do presidente Lula, não há recursos das Farc na campanha do presidente Lula”

Antonio Palocci, ao negar, em depoimento na CAE, denúncias publicadas pela revista *Veja*.

“Ele foi verdadeiro, transparente e sincero. Isso é muito bom para a economia e para o Brasil”

Renan Calheiros, sobre o desempenho do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na Comissão de Assuntos Econômicos.

“O medo é que o Lula coloque alguém pior no lugar”

Antonio Carlos Magalhães, que não convocaria Antonio Palocci para a CPI nem teria interesse na saída do ministro.

“Anselmo criticava os maus políticos e empresários e os ditos Ph.Ds de aluguel”

Juvêncio da Fonseca, lamentando o suicídio do ecologista Francisco Anselmo, que ateou fogo ao próprio corpo em protesto contra a instalação de usinas de álcool no Pantanal.

“Nada do que este país faça vai retribuir à altura o sofrimento dos mais de 6 milhões de africanos que foram retirados à força dos seus países”

Ideli Salvatti, saudando os participantes da Marcha Zumbi + 10, que ocuparam a Esplanada dos Ministérios para protestar contra o racismo.

“Se houver alguma pizza nessa história, este relator não contribuiu com ela”

Ibrahim Abi-Ackel, tendo em vista a não prorrogação da CPI do Mensalão.

“Ô Lula! Acaba com essa greve! Será que só lhe ensinaram a fazer greves e não a acabá-las?”

Mão Santa, ao cobrar do governo a reabertura das negociações com professores universitários, parados há quase três meses.

“Esta é uma data histórica”

Jefferson Péres, comemorando a decisão do Plenário de não votar o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 258/05, que criava a Super-Receita. Para ele, há 17 anos o Senado é maculado com constantes edições de medidas provisórias.

Foto da Semana

Os participantes da Marcha Zumbi + 10, entre eles artistas, babalorixás e líderes das comunidades quilombolas, ocuparam a Esplanada dos Ministérios na quarta-feira para protestar contra o racismo e cobrar mais políticas públicas voltadas para o negro. No dia 22 eles voltam a se manifestar. No dia 20, data em que é celebrada a passagem dos 310 anos da morte de Zumbi dos Palmares, é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra



LINDOMAR CRUZ/ABR

Rádio: Farofa Carioca e Dick Farney

A programação musical da Rádio Senado tem como destaque o grupo Farofa Carioca, atração da quinta-feira no *Escala Brasileira*, e o cantor, instrumentista e compositor Dick Farney, que está no *Música do Brasil* no sábado.

O Farofa Carioca deslançou a carreira de Seu Jorge, primeiro vocalista da banda, e continua com a mistura de choro, samba, xote, *hip hop* e *reggae*, agora na voz de Gabriel Moura. Neste ano, o grupo participou do *show* e do disco *Tributo a Tim Maia* e também do álbum *Soul Brasileiro*, com a canção *A lei da bala*. Em 2004, o Farofa Carioca foi convidado do cantor e compositor Roger em *show* na boate Nuth Lounge, no Rio de Janeiro. A entrevista com a banda no *Escala Brasileira* vai ao ar na quinta-feira, às 23h.

Já o *Música do Brasil*, no sába-

do, às 16h, apresenta entrevista gravada com Dick Farney e suas interpretações em piano e voz para várias canções. Dick Farney é o nome artístico de Farnésio Dutra da Silva, nascido em 14 de novembro de 1921. Desde criança teve uma vida voltada para a música. Estudou piano clássico e canto. Começou a se apresentar em programas de rádio, interpretando repertório erudito de piano. O sucesso *Copacabana*, em 1946, de João de Barro e Alberto Ribeiro, foi um marco de sua carreira, até então dedicada ao repertório norte-americano. Dick Farney morreu em 4 de agosto de 1987, aos 65 anos.

Ainda no sábado, às 11h, *Música Erudita e seus Mestres* apresenta o maestro Sergiu Celibidache, que interpreta o compositor Haydn na *Sinfonia n.º 103 em Mi Bemol Maior*, à frente da



PATRICIA SANTOS/FOLHA IMAGEM

O grupo Farofa Carioca, com seu novo vocalista, Gabriel Moura, está no programa *Escala Brasileira*, no sábado, às 23h

Orquestra Filarmônica de Munique. A *Sinfonia dos Tímpanos*, como é conhecida, estreou em 1795, em Londres. Para finalizar, o movimento *Andante* do balé *O Lago dos Cisnes*, de Tchaikovsky, com a Orquestra Sinfônica CSR, sob a regência do maestro Ondrej Lenard.

No domingo, às 9h, o *Autores e Livros* entrevista o diplomata de carreira Alexandre Vidal Porto, autor da novela *Matias na Cidade*. O livro retrata um personagem urbano para quem o trabalho relaxa, enquanto a vida o deixa tenso. Mais informações, acesse www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Arquitetura e engenharia italiana no Brasil colonial

ALEXANDRE GUIMARÃES

As *Obras dos Engenheiros Militares Galluzzi e Sambuceti e do Arquiteto Landi no Brasil Colonial do Século XVIII*, volume 46 das Edições do Senado Federal, é um pequeno ensaio escrito pelo pesquisador histórico Riccardo Fontana sobre esses italianos quase esquecidos em nossa história, responsáveis pelas mais importantes obras construídas entre os anos 1760 e 1780, na Amazônia brasileira.

Em 13 de janeiro de 1750, dom João V, de Portugal, e dom Fernando VI, da Espanha, assinaram o importante Tratado de Madri, revisão do Tratado de Tordesilhas, definindo pela primeira vez as fronteiras entre os territórios americanos dos dois reinos ibéricos, tendo como base a ocupação efetiva das terras. Com ele foram delimitadas, de forma geral, as atuais fronteiras do Brasil.

A Corte de Lisboa convidou, em 1753, arquitetos e engenheiros militares italianos – entre eles, Galluzzi, Sambuceti e Landi – a comporem a 1ª Comissão Demarcadora Luso-Espanhola. O poderoso ministro Marquês de Pombal determinou, além da marcação das fronteiras, a construção de inúmeras vilas fortificadas na Amazônia.

O retrocesso causado pela assinatura do Tratado do Pardo, em 1761, anulando temporaria-



mente as determinações do Tratado de Madri, não interrompeu as determinações de Pombal. As duas maiores fortalezas brasileiras são iniciadas nesse período: em 1763, a de São José de Macapá, na foz do rio Amazonas, projetada por Galluzzi, e, em 1776, a do Real Príncipe da Beira, no rio Guaporé, projeto de Sambuceti.

Graças à genialidade de Antonio Landi, Belém se torna a capital do estilo neoclássico. Autor de belas construções como as igrejas de Santo Alexandre, de Sant'Ana e das Mercês, a Catedral da Sé, o Palácio dos Governadores e o Hospital Militar, esse bolonhês só seria reconhecido na Itália neste século.

O ensaio de Fontana é enriquecido por ilustrações e por fotos das principais obras dos dois engenheiros e do arquiteto Landi.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *As Obras dos Engenheiros Militares Galluzzi e Sambuceti e do Arquiteto Landi...*, volume 46 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 10. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Estréia de filme abre 16 dias de ativismo

Parte de uma campanha mundial, os 16 dias de ativismo pela eliminação da violência contra a mulher, promovidos pela Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, começam no Senado pela exibição, na quarta-feira, às 19h, do documentário *Estamira*, do diretor Marcos Prado. Na ocasião, estarão presentes, no Auditório Petrônio Portella, o diretor e Estamira, a protagonista do filme, além da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), os presidentes da Funarte e da Eletronorte e outras autoridades. A entrada é franca.

O filme conta a história de uma mulher de 63 anos que sofre de surtos esquizofrênicos e trabalha há 20 anos no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Estamira lidera a pequena comunidade de velhos que habitam o lixão. A película remonta a 2000, quando Estamira começa a

se tratar num centro psiquiátrico público. Em três anos, sob os efeitos dos remédios, a protagonista se transforma. Seus filhos ajudam a narrar os caminhos de Estamira, que, no lixão, supera a miséria e questiona valores perdidos da sociedade.

Estamira tem lançamento previsto para março de 2006, mas já vem ganhando prêmios de melhor documentário em festivais nacionais e estrangeiros desde 2004. Em setembro recebeu o Grande Prêmio do Festival Internacional de Direitos Humanos 2005 em Nuremberg e este mês foi o melhor documentário do CineEco Portugal, recebendo o prêmio especial do júri do Festival Internacional de Londres.

Estamira é o primeiro filme de Marcos Prado. Em 2002, ele produziu o premiado documentário

Ônibus 174, ganhador de um Emmy Award 2005. Em 2000, produziu e dirigiu os documentários para a Globosat e para a National Geographic Television.

Como fotógrafo documentarista, recebeu prêmios nacionais e internacionais, entre eles o World Press Photo 92 e o Focus on Your World 92. Hasselblad Master em 2002, Prado possui fotos nos acervos permanentes dos principais museus brasileiros.

A campanha internacional dos 16 dias de ativismo pela eliminação da violência contra a mulher foi criada pelo Centro Global para a Liderança da Mulher, em 1991, e conta com a participação de 1.700 organizações em 130 países, com manifestações em oposição à violência praticada contra as mulheres e a violação dos direitos humanos.

Em 130 países, 1.700 entidades pedem fim da violência contra a mulher

Mamulengo do Senado faz sucesso no RS

Depois de cumprir todas as apresentações programadas para o espaço infantil da 51ª Feira do Livro de Porto Alegre, o funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) Josias Wanzeller da Silva exibiu seu teatro de bonecos em frente ao estande do Senado Federal. O espetáculo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte* reuniu uma platéia de dezenas de crianças e adultos.

O cearense Salvador do Ó Veloso, que mora há 27 anos em Canoas, interior do Rio Grande do Sul, levou o filho Alisson Fernando, de 11 anos, aluno da 5ª série da Escola Moisés Veloso, em Lajeado (RS), para conhecer o mamulengo – manifestação cultural predominantemente nordestina. O próprio pai

demonstrou surpresa ao final da apresentação.

– Eu não conhecia esse formato de teatro de bonecos, mas adorei, pois permite grande interação com as crianças. Fiquei muito bem impressionado com o caráter educativo e as lições de cidadania que a peça trouxe. Certamente muitos dos jovens que a assistiram vão refletir sobre as lições contidas na história – avaliou Salvador Veloso.

Alisson Fernando confessou que gostou mais ainda da apresentação de mamulengo pelo fato de seu pai ser nordestino e de esse tipo de arte ser típico daquela região. Salvador Veloso, que é advogado, coordena um projeto da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB vai à Escola –, que leva noções de cidadania para a sala de aula.

Conheça o Senado

Equilíbrio regional tem fórum próprio

Criada este ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) assumiu competências antes atribuídas a outros colegiados. Com isso, foi reforçado o trabalho direcionado ao crescimento equilibrado das regiões brasileiras e a uma das áreas que cada vez mais ocupa espaço no mercado: o turismo. O colegiado analisa proposições de assuntos e políticas referentes ao setor, que é responsável por 5,5% do produto interno bruto (PIB) nacional, empregando cerca de 10 milhões de pessoas.

Composta de 17 titulares, a

comissão concentra sua atenção em proposições que tratam de assuntos referentes às desigualdades e às políticas de desenvolvimento regionais, estaduais e municipais.

Na comissão são discutidos e votados programas, projetos, investimentos, incentivos e planos para o desenvolvimento econômico e social, além de questões de integração regional.

Recentemente, o colegiado, que é presidido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acolheu, depois de várias audiências públicas, um projeto

polêmico: a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto tramita há três anos no Congresso Nacional. Dentro da proposta, a comissão aprovou a criação do banco de investimentos BNBP, para atuar na área de mercado de capitais na captação de recursos para projetos na região a ser abrangida pela Sudene.

A CDR reúne-se todas as quartas-feiras às 14h.



Como "Casa da Federação", o Senado criou a CDR, presidida pelo senador Tasso Jereissati (a seu lado, a senadora Patrícia Saboya)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cidadão pode conhecer e acompanhar o Orçamento

Para comemorar a sua centésima edição, o *Especial Cidadania*, publicado pela primeira vez em 15 de setembro de 2003, traz informações sobre o Orçamento da União, tema da terceira cartilha do **Jornal do Senado**, a ser lançada em 2006. A primeira cartilha, publicada em 2004, reuniu 17 temas divulgados neste espaço. Lançada este ano, a segunda tratou especificamente de textos sobre saúde.

Desta vez, o objetivo é mostrar como acompanhar os orçamentos federais, desde a arrecadação até o que está sendo feito com as contribuições e os impostos pagos pelos contribuintes. À semelhança do orçamento doméstico, em que há despesas obrigatórias para o cidadão viver, por exemplo, água, luz e gás, o governo também tem gastos compulsórios, como salários dos

seus funcionários, atendimento educacional, médico e hospitalar, pagamento de aposentadorias e pensões. Além disso, precisa manter as repartições funcionando e investir em obras e serviços essenciais à população.

Portanto, de forma semelhante ao que se planeja com a remuneração familiar, o governo orça anualmente suas receitas e despesas. Tem que obedecer, para tanto, normas gerais expressas na Constituição e leis específicas, entre elas o Plano Plurianual (PPA), que define as prioridades de investimento para o período de quatro anos. Com base nessa orientação e em parâmetros de curto prazo, elabora o Orçamento público anual. Isso é feito por meio de duas leis discutidas e aprovadas no Congresso: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

J. FREITAS



Plenário do Congresso Nacional discute lei que norteará a definição do Orçamento para 2006

PEC poderá implantar orçamento impositivo

No Brasil, o Orçamento Geral da União tem caráter autorizativo. Isso quer dizer que o governo pode deixar de executar despesas definidas na lei orçamentária que não sejam obrigatórias. O exemplo mais conhecido é o represamento de recursos para manutenção das estradas federais. Todo início de ano, o governo edita decreto em que estabelece limites para gastos abaixo dos fixados

pelo Congresso Nacional. É o chamado contingenciamento. Interessado em produzir saldo nas suas contas para pagar a dívida pública, o governo trava a liberação de recursos, e cabe a ele determinar, em função da arrecadação, quando e se tais recursos serão liberados. No entanto, esse bloqueio não pode ser feito com os gastos obrigatórios e aqueles vinculados

constitucionalmente, como os destinados à saúde e à educação. Contra esse bloqueio, existem os que defendem transformar em obrigatória a execução do orçamento. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 22/00, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece o orçamento impositivo.

Como se organizam as contas públicas

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

– Estabelece as regras gerais para discussão e aprovação das leis orçamentárias federais.

PLANO PLURIANUAL (PPA) – Fixa diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para os quatro anos seguintes. O PPA determina a Orientação Estratégica do Governo, com as grandes direções para os orçamentos. Como não há recursos para fazer tudo, o PPA define prioridades nacionais e regionais (devendo buscar diminuir as desigualdades entre as regiões), e prevê os recursos para investimentos, programas e obras nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança, habitação etc.

ESTADOS E MUNICÍPIOS – O PPA não trata das ações dos municípios (por exemplo, cuidar da limpeza pública ou do calçamento de ruas) nem dos estados. São os estados que definem e executam as políticas em áreas em que têm competência comum com os governos federal e municipais, como educação, saúde e desenvolvimento urbano. Essas despesas podem ser executadas com os recursos transferidos pelo governo federal, mas também com o dinheiro dos impostos e taxas municipais ou estaduais, empréstimos e outras receitas.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) – Define a priorização dos gastos públicos, detalhando as metas do PPA para

o ano seguinte e instituindo as normas que nortearão a elaboração e execução da LOA. Trata das eventuais alterações na cobrança de tributos federais e define a política de aplicação das agências oficiais de fomento, como o BNDES, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

– Estima as receitas e programa as despesas de cada ano, disciplinando as ações do governo federal. A LOA reúne três orçamentos: o fiscal, com os gastos dos órgãos e entidades dos três Poderes; o da seguridade social, que inclui ações das áreas de saúde, previdência e assistência social; e o de investimentos das estatais (empresas em que o governo tem a maioria do capital).

Responsabilidade fiscal

O processo orçamentário deve observar as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), como a proibição de um gestor público criar despesas sem uma fonte segura de receitas e a exigência de que os Poderes publiquem periodicamente relatórios e demonstrativos de como estão executando os gastos. Com essa lei, a LDO passou a também estabelecer as metas fiscais (diferença prevista entre arrecadação e gastos, exceto com pagamento de juros) e os riscos fiscais. Se a arrecadação é maior que o gasto, há um superávit primário. Já o déficit primário ocorre quando o gasto é maior. Se o governo verifica que há risco de déficit, ele pede a aprovação dos senadores para aumentar sua dívida. Em geral, o governo vende títulos ao mercado com o compromisso de resgatá-los de acordo com condições predeterminadas, contraindo novas dívidas para pagar as antigas. Desse modo, essas programações não constituem gastos orçamentários efetivos.

Como é elaborado

O processo de elaboração do Orçamento da União começa no Poder Executivo. Os ministérios levantam suas necessidades e as encaminham ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Presidência da República envia o projeto ao Congresso Nacional, onde é examinado pela Comissão Mista de Orçamento e, depois, pelo Plenário.



Congresso Nacional

Discute o projeto de lei orçamentária, faz as alterações que julga adequadas e devolve ao presidente da República, para sanção. Os trabalhos legislativos do primeiro semestre não podem se encerrar sem a aprovação da LDO. As regras constitucionais que regem a elaboração de orçamentos no Brasil garantem as prerrogativas do Legislativo de emendar a proposta orçamentária do Executivo, permitindo a participação dos representantes da sociedade na elaboração, aprovação, execução e controle do Orçamento. No Congresso, os projetos do PPA, da LDO e da LOA são analisados em conjunto pelas duas Casas: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. A Comissão

Mista de Orçamento (CMO) é responsável por examiná-los, propor mudanças e opinar sobre o seu conteúdo. A CMO é composta por 63 deputados federais e 21 senadores, e igual número de suplentes. Os deputados e senadores são assessorados pelas consultorias da Câmara e do Senado. Com essa assessoria, os parlamentares fazem a análise e a revisão do Orçamento. Os senadores e os deputados federais podem propor e aprovar novas despesas, desde que elas sejam compatíveis com o PPA e a LDO e eles indiquem os recursos a serem usados para pagá-las. O Orçamento anual deve ser aprovado pelo Congresso antes do encerramento do ano legislativo.

Informações

Siga Brasil - Senado

Sistema de informações que permite acesso amplo e facilitado de qualquer cidadão a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, desenvolvido pela Consultoria de Orçamento do Senado e pelo Prodasen.
www.senado.gov.br/siga

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Anexo II da Câmara dos Deputados, Ala C, sala 8 70160-900 Brasília (DF)
Tel.: (61) 3216-6892
www.camara.gov.br/cmof

Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle (Conorf) do Senado

Tel.: (61) 3311-7147
www.senado.gov.br/sf/orcamento/conorf/

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Coff) da Câmara dos Deputados

Tel.: (61) 3216-5109
www.camara.gov.br/internet/orcament/principal

PPA em vigor (2004/2007) e seus anexos:

www.planobrasil.gov.br

Textos da LOA e da LDO 2006 e anteriores:

www.senado.gov.br/sf/orcamento/ldo/default.asp
www.senado.gov.br/sf/orcamento/loa/default.asp